

Avaliar para avançar

A suspensão da greve, a gestão antidemocrática da Unesp, os ataques que sopram de Brasília e as lutas que virão

Após a rodada de assembleias na semana de 26/9 a 1/10/2016, os servidores técnico-administrativos da Unesp aprovaram a suspensão da greve, que se estendeu por cerca de quatro meses na maior parte dos campi. O indicativo havia sido sinalizado na Assembleia Geral de 22/9.

A decisão por entrar em greve deu-se em sintonia com docentes e técnico-administrativos das três universidades, mas o retorno ao trabalho ocorreu em momentos diferentes. Os técnico-administrativos da Unesp foram os últimos a encerrar o movimento.

Palavra descumprida

Nas mesas de negociação entre Cruesp e Fórum das Seis que discutiram a data-base 2016, após a confirmação de que a Unesp seria a única a não aplicar os míseros 3% de reajuste – já concedidos aos servidores docentes e técnico-administrativos da USP e da Unicamp – o reitor Julio Cezar Durigan limitou-se a justificar a quebra da isonomia como algo passageiro, afirmando que se sentaria com Adunesp e Sintunesp no mês de setembro, quando a arrecadação do ICMS de agosto já estaria consolidada. Como já divulgado, Durigan não cumpriu a palavra. Até o momento, já em meados de outubro, o reitor age como se os servidores técnico-administrativos e docentes da instituição não fossem assunto de seu interesse.

Um balanço necessário

A suspensão da greve não significa, em absoluto, que os problemas que nos levaram à mobilização estejam resolvidos. Ao contrário, continuam na ordem do dia. São questões que colocam em xeque a qualidade e a própria existência da Unesp:

- Reajuste zero e quebra da isonomia entre as três universidades públicas paulistas;
- Suspensão das carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- Interrupção da contratação de servidores docentes e técnico-administrativos;
- Sobrecarga de trabalho para todos;
- Congelamento de verbas de custeio para as unidades universitárias;
- Congelamento das verbas destinadas à permanência estudantil;
- Queda de recursos para projetos de melhoria da graduação;
- Iminência de colapso em todas as atividades da Unesp.



E por que, então, nossa greve não prosseguiu?

Entender as razões que nos levaram à greve, e por que dela saímos sem reverter o quadro, é importante para nos mantermos fortes enquanto categoria e conscientes de que a luta vai prosseguir.

O cenário da crise econômica, potencializado pela crise de financiamento das universidades estaduais paulistas, nos lançou à greve neste ano em condições mais complexas do que nos anos anteriores em que cruzamos os braços.

Continuamos vivenciando, dentro da Unesp, os aspectos perversos da crise de financiamento anunciada há décadas pelo Fórum das Seis. Carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes suspensas, não contratação de servidores nem em casos de morte, aposentadoria ou demissão. Congelamento de recursos para graduação, custeio das unidades e permanência estudantil.

E, enquanto os nossos gestores estiverem convencidos de que não há possibilidade de deslocar recursos de outras rubricas do orçamento da Unesp para esses fins, continuaremos caminhando para o colapso total da nossa Universidade.

O reitor da Unesp afirma que a situação orçamentária e financeira da nossa Universidade “é crítica” e que foi atingido o limite da disponibilidade de recursos para atender às demandas enunciadas acima. Embora não tenhamos condições de verificar essa afirmação até a última vírgula, sabíamos que chegaria o dia em que 9,57% do ICMS cota-parte do Estado não seriam suficientes para manter as universidades estaduais paulistas, e os reitores estão anunciando que esse dia chegou.

O conteúdo das falas dos reitores converge para a afirmação de que as universidades públicas paulistas estão à beira de um colapso, o que é gravíssimo sob todos os pontos

de vista. Com a crise de financiamento, eles admitem estar diante de uma situação limite no que diz respeito ao orçamento das universidades, e que as possibilidades de corte orçamentário e financeiro chegaram à exaustão. Para eles, a situação é tão crítica que não é mais possível suprir a escassez de recursos para o funcionamento “normal” das universidades com os nossos salários, como fizeram até agora. Certamente, é por esse motivo que, desde 2014, inicialmente pressionados por uma greve forte e extensa, os reitores começaram a admitir publicamente a necessidade de mais recursos - para além dos 9,57% - para a manutenção das três universidades públicas paulistas.

Assim, a suspensão da greve não aconteceu num contexto em que foram superados os nossos problemas. O maior deles neste momento, a crise de financiamento, não está sequer equacionado. Ainda não há um consenso entre a comunidade interna e a reitoria acerca de questões orçamentárias e financeiras pelo simples fato de que o acesso aos detalhes do orçamento da Unesp é muito difícil para não especialistas em finanças públicas. Mesmo assim, para o Sintunesp há montantes que não estão esclarecidos e que poderiam ser alocados para reajustes salariais, contratações e outros.

Também não há consenso entre os gestores das universidades e o governo estadual acerca do montante de recursos necessários para o financiamento das universidades públicas paulistas, tanto que houve veto explícito do Palácio do governo às reivindicações de aumento da dotação orçamentária das universidades durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2017) na Alesp.

Gestão autoritária e conjuntura hostil

A gestão atual da Unesp deve passar à história com a marca do autoritarismo. Não por acaso, no momento em que o país navega em ondas conservadoras, com a elite convencida de que pode surrupiar com algumas canetadas boa parte das conquistas que a classe trabalhadora alcançou ao longo de quase um século, os gestores da Unesp tornam-se mais avessos ao diálogo com a comunidade. Consideram que podem solucionar a “crise” à sua maneira, como sempre fizeram: tirando dos salários e sucateando as condições de trabalho e de funcionamento da Universidade.

No âmbito nacional, vivemos momentos dramáticos. Alçado ao poder de forma arbitrária, com o aval e a ação direta dos principais empresários e banqueiros do país, o governo Temer rapidamente tenta colocar em prática as suas “propostas”. A meta é tirar da população para garantir os lucros destes setores. É isso que explica a urgência com que o governo quer aprovar medidas como a PEC 241/2016, que propõe mudar a Constituição Federal para garantir o fim da vinculação de verbas para saúde e educação, por exemplo,



limitando o investimento nestas áreas nos próximos 20 anos à simples correção da inflação do ano anterior, o que significa congelá-los. O mesmo pode-se dizer em relação à reforma da Previdência, que visa a restringir e a arrochar o acesso à aposentadoria para milhões de brasileiros, bem como a reforma trabalhista, que pretende suprimir ou reduzir direitos como 13º salário, férias, adicional noturno e outros.

Pensar que nada disso nos diz respeito é um engano gigantesco. Se aprovada a PEC 241, por exemplo, o governo estadual terá a faca e o queijo na mão para satisfazer um desejo antigo: acabar com a vinculação de recursos para as universidades estaduais paulistas, o que tornaria ainda mais crítica a crise de financiamento que estas instituições atravessam.

Luta interna, luta geral

A suspensão da nossa greve é apenas um fôlego no processo de resistência e de lutas da categoria. Trata-se de uma etapa em que devemos continuar a construção de instrumentos de luta que sejam capazes de resistir à destruição da nossa universidade e de defender os interesses da categoria e da universidade pública.

O Sintunesp reafirma a necessidade de fazermos forte enfrentamento, pois considera que somente com muita luta e disposição poderemos não apenas manter, mas caminhar na direção da ampliação de conquistas e direitos sociais, econômicos e políticos que atendam verdadeiramente aos trabalhadores e à maioria da população.

Judicialização

Conforme aprovado na Assembleia Geral de 22/9, caso não houvesse avanços nas negociações com a reitoria da Unesp, o Sindicato deveria tomar as medidas necessárias para a judicialização do dissídio. A assessoria jurídica da entidade finalizou a juntada de documentos e já impetrou a ação. Mais detalhes em breve.

Eleições na Unesp

Em meio a todo este cenário, nossa Universidade atravessa um processo eleitoral, com vistas à gestão reitoral de 2017/2021. Passado o primeiro turno, duas chapas habilitaram-se para disputar o voto da comunidade unespiana.

Sem abrir mão da nossa histórica reivindicação de paridade – peso igual para os três segmentos e fim da odiosa discriminação de servidores técnico-administrativos e estudantes, categorias cujos votos “pesam” apenas 15% cada – o Sintunesp entende que os trabalhadores devem atentar para o processo. É preciso conferir as propostas de cada um, informar-se sobre a trajetória dos candidatos, participar das reuniões com as chapas, posicionar-se e ir às urnas!

Parabéns aos lutadores e lutadoras da Unesp!

Vamos resistir e prosseguir na luta: Em defesa da universidade pública, contra o arrocho salarial, por isonomia, contra o corte de direitos, retorno das carreiras e contratações emergenciais!